Eleições sem ruído

TRE-RJ investe em curso de media training para aprimorar a comunicação com o cidadão

A plateia ainda se acomoda lentamente na sala de aula improvisada no auditório da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro. Subitamente, a repórter Leilane Neubarth entra na sala, à frente de uma equipe de cinegrafistas. “A relação com a imprensa é algo tão importante, que o TRE-RJ realiza um curso para treinar os juízes eleitorais a lidar com os jornalistas”, anuncia a repórter, enquanto se aproxima de um dos juízes para entrevistá-lo. Atônita, a turma de 25 magistrados mal percebera que a cena apenas simulava uma situação desconfortável que eles podem vir a enfrentar em ano eleitoral, quando a imprensa costuma assediar os juízes eleitorais para que expliquem decisões polêmicas.



O presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, participa da 1ª turma

Em vez da tradicional função de repórter, que exerce há 30 anos, Leilane Neubarth dessa vez atuava como uma das instrutoras do curso de Media Training. Realizado de forma pioneira pelo TRE-RJ entre os meses de março e maio, o curso foi frenquentado por cerca de 100 juízes, em especial os que coordenam a fiscalização da propaganda eleitoral nos municípios do Rio. O treinamento revela o entusiasmo da Presidência do Tribunal com a introdução de métodos inovadores de gestão, além da preocupação com transparência e a imagem institucional.

“Trata-se de um serviço que prestamos à sociedade”, explicou o presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, que integrou a primeira turma do curso. Para ele, o Judiciário deve rejeitar a visão de que funciona como se fosse uma casta. “Temos o compromisso de sermos simples ao falar com a população e compreendidos por todos”, argumentou o desembargador, que já planeja a realização de um curso básico sobre eleições, destinado aos jornalistas. “É preciso que eles também conheçam o papel e o funcionamento da Justiça Eleitoral”, defendeu.



A repórter Leilane Neubarth surpreende os juízes com suas perguntas

Conteúdo básico

- o que é notícia em jornal (incluindo as diferenças de colunas), TV, rádio e internet;
- o processo de comunicação;
- as diferenças e convergências entre as mídias;
- tipos de abordagem por mídia;
- entretenimento camuflado de jornalismo;
- como lidar com abordagens imprevistas da imprensa (em ambientes sociais, fora do horário comercial);
- dicas para reduzir medos e ansiedades no contato com jornalistas;
- porta-voz na crise;

"A ideia de que o juiz fala apenas nos autos é coisa antiga e atenta contra a democracia", alertou o juiz Luiz Roberto Ayoub, membro do Plenário do TRE-RJ. "Estamos aqui para aprendermos como melhorar a divulgação dos feitos da Justiça Eleitoral. Precisamos ser compreendidos pela imprensa, porque isso significa sermos bem entendidos pela população", esclareceu a vice-presidente do Tribunal, desembargadora Letícia Sardas. Os dois magistrados, além do corregedor regional eleitoral, juiz Antonio Augusto de Toledo Gaspar, também compuseram a primeira turma do treinamento.

Leilane Neubarth insistiu que a legitimação e a justificação públicas são encarados hoje como uma obrigação. "É inconcebível uma autoridade não falar à imprensa, coisa que remete aos anos da ditadura", provocou. Para a repórter, a imprensa ofereceria um espaço gratuito e de credibilidade que deveria ser sempre muito bem aproveitado. "Quem representa uma empresa ou uma entidade precisa saber se comunicar, pois a má performance pode expor a instituição", ensinou Leilane, com a aprovação dos demais instrutores, os jornalistas Malu Fernandes, Rafael Rosas, Rodrigo Viga e a fonoaudióloga Ruth Bompet.

A vice-presidente do TRE-RJ, desembargadora Letícia Sardas, o juiz Luiz Roberto Ayoub e o corregedor regional eleitoral, juiz Antonio Augusto de Toledo Gaspar







A invasão encenada da sala de aula e a reação de surpresa dos juízes serviram de gancho para o primeiro ensinamento. "Essa é uma situação difícil de ocorrer na realidade. A não ser que estejam num local público, repórteres não costumam entrar sem a autorização da fonte", brincou Leilane. "Mas, de qualquer forma, procure sempre assumir o controle da entrevista, você tem a informação que os jornalistas querem, não se submeta a pressões ou permita uma posição desfavorável", orientou. "O entrevistado determina a sua zona de conforto, é ele quem decide se a pergunta vai ser respondida e como", completou Rafael Rosas, repórter do jornal Valor Econômico.

Sempre com uma média de 25 magistrados, as quatro turmas receberam dicas práticas sobre o comportamento diante das câmeras e gravadores, como driblar o juridiquês e usar bem as diversas linguagens, inclusive a postura corporal. "Nossa questão é lapidar a comunicação, informar como estar bem preparado e a lidar com a imagem", resumiu Malu Fernandes, responsável pelo módulo sobre "Gerenciamento de Crises". Detentora de um prêmio Esso de jornalismo, Malu tem uma trajetória de 27 anos no mercado de comunicação.

Programação

10h00 - Abertura
10h15- Treinamento de TV
10h50 - Palestra fono
11h10 - Análises
11h30 - Coletiva
11h50 - Análises
12h10 - Palestra impresso / internet / agência de notícias
12h30 - Almoço
13h15 - Palestra rádio
13h35 - Palestra gerenciamento de crises
13h55 - Coletiva reversa/ considerações finais
14h30 - Fim/ entrega dos diplomas

A repórter Leilane Neubarth com os magistrados participantes do curso









"Espero que tenhamos contribuído para que os magistrados percebam que, se falarem da forma adequada, eles vão prestar um serviço relevante a todos, não apenas a um pequeno círculo de bacharéis em Direito", disse a consultora, que também é professora de Gestão de Crises na Pós-Graduação da Escola de Governo do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Com uma bagagem que inclui vários cursos de media training realizados em grandes empresas privadas, Malu Fernandes vê a experiência no TRE-RJ também como um aprendizado pessoal. "Nunca havia parado para refletir sobre as dificuldades da profissão, em como os juízes pensam", disse.

Consciente da resistência natural dos juízes ao contato com jornalistas, ela se disse especialmente surpresa com outra constatação feita ao longo do curso. Para ela, os magistrados teriam revelado uma percepção negativa da imagem do Poder Judiciário junto à imprensa e ao cidadão. "Não tinha essa ideia. Sinceramente, eu esperava isso de um membro do Poder Legislativo, não do Judiciário", confessou. Para ela, a autoimagem frágil manifestada durante as oficinas do curso reforçaria a necessidade de dar publicidade às ações e iniciativas positivas dos juízes. "O desafio que eles enfrentam é o de melhorar a comunicação", concluiu.

A fonoaudióloga Ruth Bompet classifica de "enriquecedora" a experiência no TRE-RJ. "Foi uma troca muito boa. Pessoalmente, desfiz a imagem de que os juízes são frios e inatingíveis", garantiu. No relacionamento com os magistrados, ela percebeu um grupo preocupado em não deixar a imagem do Poder Judiciário ser contaminada por eventuais escândalos. "Eles demonstraram ser ponderados, com valores éticos e morais sólidos. Acima de tudo, que convivem com uma cobrança muito grande pela seriedade do cargo que ocupam", destacou.

Professora de Oratória da PUC-RJ, Ruth Bompet foi uma presença ativa em todas as etapas do treinamento, com divertidas dicas sobre linguagem corporal e como superar a timidez. Além de apresentar um módulo sobre postura, dicção e uso do corpo e da voz, coube a ela avaliar o desempenho dos juízes, quando eles participavam das simulações de entrevistas. A fonoaudióloga elogiou a capacidade de aprendizado das quatro turmas. "Fiquei impressionada em ver a sensível melhora deles ao longo do treinamento, a facilidade com que incorporavam as orientações e sugestões", disse.

A comunicação no rádio e nos meios impresso e digital foi dividida em dois módulos, apresentados pelos jornalistas Rafael Rosas e Rodrigo Viga. A equipe de instrutores contou ainda com o suporte da jornalista Christina Martins e do cinegrafista Roger Nascimento. Coordenador digital na sucursal-Rio do jornal Valor Econômico, Rafael Rosas fez a apresentação sobre a importância do jornalismo

impresso e digital e a vertiginosa circulação da informação nos blogs e redes sociais. Rodrigo Viga falou sobre o rádio, veículo em que atua desde 1998, quando se graduou em jornalismo. Além das palestras, os dois instrutores atuaram nas entrevistas coletivas simuladas.



De cima para baixo, a juiza Katylene Figueiredo, da 56ª ZE, o juiz Luiz Fernando de Azevedo, da 23ª ZE, a juiza Leidejane Chieza, da 107ª ZE, a juíza Isabel Cristina da Rocha da **52ª ZE e o juiz Aylton Cardoso Vasconcellos, da 146ª ZE**









"É preciso entender como pensa o jornalista", ensinou Rodrigo Viga, ao detalhar a forma com que os repórteres procuram explorar contradições, deslizes e inseguranças presentes nos discursos e comportamento dos entrevistados. "Muitas vezes cascas de bananas são colocadas em busca de uma declaração que vá provocar uma grande repercussão na imprensa", explicou Rodrigo, que há 14 anos trabalha na Jovem Pan, emissora de rádio que contabiliza milhões de ouvintes no Brasil. No curso, houve ainda uma "entrevista reversa", quando os juízes assumiram o papel de entrevistadores e questionaram os instrutores sobre a atuação da imprensa.

"Achei o curso ótimo, gostaria que ele fosse um pouco mais longo", disse Katylene Figueiredo, juíza da 56ª ZE de Mendes, para quem o treinamento é válido para o exercício da magistratura. "Creio que foi importante inclusive para falar ao público em geral, houve dicas que foram além da mídia e das questões eleitorais", acredita a juíza. Responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral no município do Rio, o juiz Luiz Fernando de Azevedo Pinto, também aprovou o treinamento. "O juiz não tem a cultura de ser entrevistado, mas precisamos estar preparados. É sempre melhor esclarecer a imprensa e a sociedade sobre a nossa atuação", disse.

Luiz Fernando Pinto elogia a experiência dos instrutores e as orientações sobre como se portar durante uma entrevista. "Precisamos estar preparados, para não sermos surpreendidos com perguntas inesperadas da imprensa", argumentou o juiz da 23ª ZE. "A sociedade precisa e tem o direito de saber quem é o juiz e como ele pensa. E a gente aprendeu aqui um pouco de como fazer isso", revelou a juíza Leidejane Chieza Gomes da Silva, da 107ª ZE de Itaperuna. Para ela, o curso ajuda a suprir a visão compartilhada pelos juízes de que o trabalho é apenas no gabinete e que basta redigir a decisão no papel.

"Também achei ótimas as orientações, confesso que não saberia como me comportar direito numa entrevista", declarou a juíza da 52ª ZE de Cordeiro e Macuco, Isabel Cristina Daher da Rocha, para quem o curso ajudou a tirar a impressão de antagonismo entre magistratura e imprensa. "Não temos maiores problemas políticos nem uma exposição forte na mídia no município, onde as eleições são bem tranquilas", explicou o juiz da 146ª ZE de Arraial do Cabo, Aylton Cardoso Vasconcellos. Ele pretende utilizar os ensinamentos do curso para desenvolver novas estratégias para as próximas eleições. "Aprendemos a usar os meios de comunicação em favor do Judiciário e da população. É o que vou fazer, para dar publicidade às normas e ações da Justiça Eleitoral", disse.



Conheça os instrutores

Rodrigo Viga é formado em jornalismo pela PUC –RJ. Correspondente da Rádio Jovem Pan de São Paulo no Rio de Janeiro desde 1998. Em 2000, passou a trabalhar também como correspondente da Agência Reuters e desde 2006 atua como correspondente do Portal Terra no Rio de Janeiro. Já participou de cursos de media training em empresas como Vale, Petrobras, Banco do Brasil, Bradesco Seguros, Palácio do Planalto, ANP, Transpetro, Inca, Ecad, FCA, MRS Logística, Copesul, Cemig e outros.

Leilane Neubarth iniciou sua carreira profissional na Rede Globo em 1979. Além de inúmeras reportagens especiais para programas jornalísticos, já apresentou na Rede Globo o Bom Dia Brasil de 1997 até janeiro de 2003, onde foi âncora ao lado de Renato Machado. Também foi apresentadora e repórter do Jornal Nacional, Fantástico, Jornal da Globo e Globo Repórter. Participou da 21ª edição do Rali Paris Dacar, um dos mais perigosos do mundo, em 1999 na categoria caminhão, numa parceria com o veterano André Azevedo pela equipe “BR Lubrax”, conquistando o terceiro lugar em sua categoria. A aventura da competição é narrada no livro “Faróis de Milha”, de sua autoria. Atualmente é a apresentadora dos programas Jornal da Globo News e Arquivo N, ambos veiculados pela Globo News.

Rafael Rosas trabalha nas principais redações de impressos e onlines do Brasil há mais de 10 anos. É coordenador digital na sucursal do Rio do Valor Econômico, responsável pelo conteúdo produzido pela sucursal para o site do jornal. Escreve também para o impresso. Começou no jornalismo em 2001, como redator da Agência JB, ainda nos tempos da Avenida Brasil. Foi repórter de economia do JB, subeditor do JB Online e repórter da editoria de economia do jornal. Foi repórter do Jornal do Commercio e desde 2007 está no Valor Econômico.

Malu Fernandes trabalha há 27 anos em comunicação. Atuou em veículos como TV Globo, Rádio Globo, O Estado de S. Paulo, Via Rio e Via Sampa (internet) e Jornal do Brasil, onde ganhou um Prêmio Esso. Trabalha desde 2002 para a Bradesco Seguros onde realizou trabalhos de assessoria de imprensa e gerenciamento de crises, entre outros. Fez também media trainings para o grupo e para outras empresas como Actelion Pharmaceuticals, Brascan, Cerj (Ampla) e WPC (World Petroleum Congress). Assessora de Imprensa do Boulevard Rio Iguatemi, fez consultoria para Vivo, TIM, Intelig, Orga Systems, Swire Oilfields, Lanxess, Eletronuclear, Furnas e Petrobras em vários jobs, o último foi o gerenciamento da crise da CPI em 2009, pela CDN. Uma de suas tarefas era produzir textos e auditoria do Blog Fatos e Dados, premiado com o Gold Quill Awards 2010 pela International Association of Public Relations. É jornalista formada pela PUC, com Pós- Graduação em Marketing (ESPM), MBA em Management (FGV) e Especialização em Comunicação Empresarial (Syracuse University). Atualmente cursa Direito (Cândido Mendes) e é professora de Gestão de Crises na Pós-Graduação da Escola de Governo do Iuperj (2011/ 2012).

Ruth Bompet de Araujo é fonoaudióloga e supervisora clínica. Pós-graduada e especialista em voz, ela é professora de Oratória da PUC-RJ, consultora empresarial de Comunicação Oral e preparadora vocal de atores e cantores.

A avaliação dos juízes

No encerramento de cada dia de curso, um formulário de avaliação foi distribuído aos juízes, para que o preenchessem sem se identificar. Além de atribuir notas ao treinamento — que recebeu notas 10, 9 e 9,5 na maioria das apresentações —, os magistrados puderam, também anonimamente, expressar comentários sobre a qualidade do curso e a aplicação prática em suas carreiras. Confira alguns dos depoimentos:

"Iniciativa sensacional. As informações foram propícias para permitir melhor comunicação"

"O treinamento foi importante, já que ajudou a orientar a postura dos juízes diante da imprensa, das perguntas tendenciosas e das provocações dos repórteres"

"Excelente. Os instrutores são simpáticos, agradáveis, inteligentes e experientes. Parabéns ao TRE-RJ pela iniciativa"

"Excelente oportunidade de aprender tanto e conhecer profissionais maravilhosos"

"Dez. Muito superior às expectativas"

“O TRE-RJ está no caminho certo”

Ao se deparar com as duas metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2012 específicas para a Justiça Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) teve uma grata surpresa: ambas já tinham sido implementadas no ano anterior. Gestor das metas do CNJ e membro substituto da Corte fluminense, o juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo afirmou que o fato demonstra a sintonia do Tribunal com os anseios da sociedade. “Isso é prova do compromisso do TRE-RJ com a excelência na realização do trabalho, voltado para o atendimento ao cidadão. Mostra que o Tribunal está no caminho certo”, explica.

A meta 12, que prevê a realização de pesquisa sobre a qualidade de serviços e satisfação do cidadão nos tribunais eleitorais, começou a ser implementada em julho de 2011, quando o presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, criou uma Comissão de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo. O objetivo era medir o grau de satisfação do público com os serviços prestados nas 249 zonas eleitorais do Estado, nas duas centrais de atendimento ao eleitor (CAEs), na Unidade de Atendimento ao Eleitor (UAE) e na Secretaria Judiciária do Tribunal (SJD). Também foi alvo da pesquisa o serviço oferecido no site do TRE-RJ.



Juiz Carlos Eduardo, gestor das metas do CNJ

Para a realização da pesquisa, procedimento pioneiro no TRE-RJ, foi elaborado um questionário, no qual foram avaliados: atendimento, clareza na prestação de informações, tempo de espera, solução de problemas e instalações. Um espaço para sugestões, críticas ou elogios também foi criado. No começo deste ano, a pesquisa foi iniciada em 51 cartórios eleitorais, atingindo 21 municípios, e a consulta está sendo repetida, ao longo de um ano, quatro vezes nesses mesmos cartórios. Após este período, novas zonas eleitorais serão sorteadas e passarão pelo mesmo procedimento.

A primeira etapa da pesquisa foi concluída e seus resultados mostraram que a média geral de índice de satisfação do cliente externo do tribunal fluminense é de 79%. O destaque foi para a cordialidade dispensada pelos servidores no atendimento. Para cerca de 98% dos pesquisados o serviço foi considerado bom ou ótimo. “A ideia da

> “A aproximação com o jovem é o caminho para o amadurecimento democrático do nosso país. A meta tem o sentido de informar o eleitorado desta faixa etária sobre a importância de se posicionar politicamente, fazê-lo ver que o seu comportamento faz diferença”

pesquisa é voltada para desenvolver um tribunal de excelência, daí a importância de ouvir a opinião do cidadão/eleitor”, justifica o magistrado.

Já a meta 13, que recomenda a implantação de pelo menos uma iniciativa de promoção da cidadania voltada para os jovens, foi iniciada com o projeto TRE Vai à Escola, inédito na Justiça Eleitoral, lançado em maio de 2011. Nele, juízes eleitorais ministram palestras em instituições de ensino médio e superior, públicas e particulares, tratando de temas como atribuições da Justiça Eleitoral; significado e consequências do voto; exercício da cidadania; e democracia.

Idealizado pela diretora da Escola Judiciária Eleitoral, juíza Ana Teresa Basílio, com o apoio do presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, o projeto tem por objetivo promover a conscientização política e o maior engajamento dos jovens estudantes. A estatística do eleitorado nacional, com dados extraídos do site do TSE relativos às Eleições Gerais de 2010, mostra que o Estado do Rio de Janeiro possui o menor índice de jovens eleitores na faixa etária de 16 e 17 anos, embora seja o terceiro maior colégio eleitoral do país.

Além das palestras, o projeto possibilita aos alunos simular o exercício do voto em urnas eletrônicas de treinamento. O juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo considera ser fundamental introduzir o jovem no efetivo exercício da cidadania, que se concretiza no ato de votar. “A aproximação com o jovem é o caminho para o amadurecimento democrático do nosso país. A meta tem o sentido de informar o eleitorado desta faixa etária sobre a importância de se posicionar politicamente, fazê-lo ver que o seu comportamento faz diferença”, defende.

Os números mostram que o TRE Vai à Escola, no ano de 2011, realizou um total de 11 ações. Ao todo, 1.480 alunos foram contemplados. Em 2012, seis escolas já foram visitadas, e estima-se que cerca de 1.400 jovens tenham assistido às palestras. Para o gestor das metas do CNJ, juiz Carlos Eduardo Figueiredo, as aulas ajudam os jovens a pensar o Brasil como a ideia de uma nação. “Você só pode cobrar se tiver consciência do que é certo. Daí a importância de informá-los, para num primeiro momento despertar essa consciência cívica e depois estimulá-los a cobrar dos seus representantes o que eles defenderam na campanha”, conclui.

Temas eleitorais polêmicos são a tônica de palestra do procurador Daniel Sarmento no TRE-RJ

O procurador regional da República Daniel Sarmento ministrou, em março, palestra intitulada “Noções de Direito Constitucional--Eleitoral”, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Além de tratar, de forma clara e objetiva, dos principais temas eleitorais presentes na Carta Magna, o ex-procurador regional eleitoral substituto revelou e defendeu o seu ponto de vista nos assuntos mais polêmicos, como a infidelidade partidária. O constitucionalista concorda com o fato de o mandato pertencer ao partido político no caso do voto proporcional, uma vez que, neste sistema eleitoral, os candidatos não são eleitos apenas com os votos que receberam, beneficiando--se também daqueles dados ao seu partido. Mas diverge no caso do voto majoritário. “É notório que o eleitor brasileiro vota no candidato e não na sigla para os cargos do Executivo. Crer no contrário é interpretar a Carta sem olhar para a realidade”, acredita.



O Procurador Daniel Sarmento fala sobre temas polêmicos

O voto obrigatório, a criação da Lei Complementar 135/10, conhecida como Lei da Ficha Limpa, a importância do voto secreto, o recall e os institutos de representação direta assegurados na Constituição foram outros temas tratados pelo professor, sempre de forma crítica. Sobre o último tópico, ele afirmou: “O referendo e o plebiscito são utilizados de forma muito parcimoniosa, basicamente nos casos em que a própria Constituição determina que assim seja feito”. Ele explicou que, por serem alguns dos instrumentos mais democráticos previstos na Carta brasileira, o plebiscito e o referendo deveriam ser mais utilizados.

Para Daniel Sarmento, tão importante quanto passar conteúdos, é estimular o aluno a pensar criticamente, com uma base histórico-jurídica. Por isso, antes de tratar dos temas mais polêmicos atuais, ele narrou o surgimento da democracia na Grécia Antiga, passando pelo advento do sufrágio que fortaleceu a ideia de representação, até a conceituação

atual de democracia, que o representante do Ministério Público Federal entende formar “um dos dois corações da Constituição ao lado dos direitos humanos”.

Promovido pela Escola Judiciária Eleitoral, o curso fez parte do programa de capacitação dos servidores do Tribunal que participam do Programa Eleitor do Futuro, projeto que realiza palestras e atividades em escolas para promover a conscientização de jovens sobre a importância do voto.



Servidores do TRE-RJ participam do curso promovido pela EJE

Perfil de Daniel Sarmento

Formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o atual procurador regional da República Daniel Sarmento é um das referências jurídicas do Direito Constitucional nacional e dos Direitos Humanos. Sua formação acadêmica é extensa. Ele concluiu o mestrado e doutorado em Direito Público pela UERJ, e completou, em 2006, pós-doutorado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Com perfil progressista e sendo comprometido com um direito mais ativista e eficaz, ele atualmente milita como professor de Direito Constitucional da UERJ e doutrinador, tendo publicado diversos livros jurídicos, dentre eles "Livres e Iguais - Estudos de Direito Constitucional", que reúne os principais escritos acadêmicos do autor, bem como alguns artigos jornalísticos publicados sobre temas constitucionais.